

ÍNDICE

CAPÍTULO I – NOÇÃO DE DIREITO DO TRABALHO	5
1. Noção	5
2. Evolução histórica	13
2.1. Enquadramento	13
a. Enquadramento geral	13
b. Direito romano	16
c. Antiguidade clássica	18
d. Direito intermédio	19
e. A “Questão Social” e o advento do Direito do Trabalho	22
2.2. O Direito do Trabalho em Portugal	35
a. Enquadramento	35
b. O período liberal (até 1926)	36
c. O Estado Novo Corporativo (1926-1974)	39
d. O período contemporâneo (a partir de 1974)	42
e. O período da codificação	50
e.1. O Código do Trabalho de 2003	50
e.2. O Código do Trabalho de 2009	54
e.3. Revisões do Código do Trabalho de 2009	56
e.3.1. Enquadramento	56
e.3.2. A revisão de 2011	59
a. Lei n.º 53/2011, de 14 de outubro	59
b. Lei n.º 3/2012, de 10 de janeiro	60
e.3.3. A reforma de 2012	63
e.3.4. As revisões de 2013 e de 2014	78

e.3.5. A reforma de 2019	82
e.3.6. A reforma de 2023 – a Agenda do Trabalho Digno	87
f. Sistema jurídico e político	97
3. O Moderno Direito do Trabalho	103
3.1. Visão geral	103
3.2. Ideia base	106
3.3. Âmbito de aplicação	108
4. Fontes de direito	111
4.1. Enquadramento	111
4.2. Fontes específicas do Direito do Trabalho	114
a. Fontes internas	114
a.1. Constituição	114
a.2. Leis ordinárias	127
a.3. Costume	130
a.4. Usos	132
a.5. Jurisprudência e doutrina	134
a.6. Instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho	135
a.6.1. Enquadramento	135
a.6.2. Instrumentos negociais (remissão)	137
a.6.3. Instrumentos não negociais	140
b. Fontes externas	144
b.1. Enquadramento	144
b.2. Convenções internacionais	146
b.3. Convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho	150
b.4. Direito da União Europeia	152
4.3. Conflito hierárquico de fontes	165
 CAPÍTULO II – DIREITO DO TRABALHO INDIVIDUAL	 179
1. Contrato de trabalho	179
1.1. Conceito	179
1.2. Distinção entre contrato de trabalho e contrato de prestação de serviço	187
1.3. Situações semelhantes e parassubordinação	197
1.4. Trabalho nas plataformas digitais	201

a.	Enquadramento	201
b.	A presunção de laboralidade nacional	206
2.	Direitos de personalidade	212
2.1.	Enquadramento	212
2.2.	Liberdade de expressão e opinião no local de trabalho	218
2.3.	Direito à integridade física e moral	227
2.4.	Reserva da intimidade da vida privada	234
2.5.	Proteção de dados pessoais	239
2.6.	Dados biométricos	246
2.7.	Testes e exames médicos	248
2.8.	Meios de vigilância à distância	252
2.9.	Confidencialidade de mensagens e de acesso a informação	260
3.	Igualdade e não discriminação no local de trabalho	268
3.1.	Enquadramento	268
3.2.	A igualdade na Constituição da República Portuguesa	273
3.3.	A igualdade no Código do Trabalho	275
a.	Enquadramento	275
b.	Igualdade no acesso ao emprego e no trabalho	278
c.	Proibição de discriminação e <i>Bona Fide Occupational Qualification</i>	281
d.	Medidas de ação positiva – <i>affirmative actions</i>	295
e.	Práticas discriminatórias e obrigação de indemnização	301
4.	Direitos de parentalidade	305
4.1.	Enquadramento	305
4.2.	A parentalidade no Código do Trabalho	312
a.	Licenças parentais	312
b.	Faltas por parentalidade	319
c.	Dispensas ao trabalho	321
d.	Efeitos das licenças, faltas e dispensas	324
e.	Garantia de reintegração	325
f.	Segurança e saúde: regime reforçado	326
g.	Proteção contra o despedimento	327
5.	Trabalhador cuidador	332
5.1.	Enquadramento	332
5.2.	Os direitos do trabalhador cuidador no Código do Trabalho	337
6.	Formação do contrato de trabalho	343
6.1.	Enquadramento	343

6.2. Deveres de informação e de lealdade	348
6.3. Menores e capacidade	354
6.4. Legalidade do objeto e do fim do contrato	362
6.5. Forma do contrato de trabalho: liberdade de forma e exceções	364
6.6. Invalidade do contrato	368
7. Execução do contrato de trabalho	372
7.1. Período experimental	372
7.2. Objeto do contrato	387
7.3. Direitos e deveres das partes	392
a. Enquadramento	392
b. Deveres do empregador	393
b.1. Enquadramento geral	393
b.2. O dever de formação profissional	396
c. Deveres do trabalhador	401
7.4. Garantias dos trabalhadores	407
7.5. Local de trabalho	411
7.6. Tempo de trabalho	417
a. Enquadramento	417
b. Conceitos normativos	419
c. Flexibilização da organização do tempo de trabalho	424
d. Adaptabilidade do tempo de trabalho	428
e. Banco de horas	431
f. Horário concentrado	434
g. Isenção de horário de trabalho	436
h. Trabalho suplementar	439
i. Dever de abstenção de contacto	442
7.7. Direito ao repouso	447
a. Enquadramento	447
b. Descanso diário	447
c. Descanso semanal	449
d. Feriados	450
e. Férias	451
7.8. Faltas	455
a. Enquadramento	455
b. Faltas justificadas	456
c. Faltas injustificadas	462

7.9. Retribuição	463
a. Enquadramento	463
b. Conceito e modalidades	466
c. Forma, lugar e tempo de cumprimento	471
d. Retribuição mínima mensal garantida	473
e. Princípio da irredutibilidade da retribuição	474
f. Princípio “a trabalho igual, salário igual”	477
g. Tributação	484
g.1. Tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	484
g.2. Tributação em sede de Segurança Social	491
7.10. Poderes do empregador	497
a. Enquadramento	497
b. Poder de direção	497
c. Poder disciplinar	499
d. Poder regulamentar	502
e. Princípio da salvaguarda dos interesses de gestão	503
7.11. Responsabilidade social corporativa	504
a. Enquadramento	504
b. A importância da <i>soft law</i>	507
c. Códigos de conduta empresariais	510
7.12. Conteúdos especiais e cláusulas acessórias	519
a. Liberdade de trabalho	519
b. Pacto de não concorrência	526
c. Pacto de permanência	532
d. Pacto de exclusividade	535
e. Contrato a termo suspensivo	537
7.13. Contratos não-permanentes	538
a. Enquadramento	538
b. Contrato a termo resolutivo	541
c. Contrato de trabalho temporário	558
7.14. Contratos especiais	581
a. Contrato a tempo parcial	581
b. Contrato intermitente	585
c. Contrato de comissão de serviço	589
d. Contrato de teletrabalho	597
8. Vicissitudes contratuais	629

8.1. Enquadramento	629
8.2. Modificações contratuais	630
8.3. Cessão da posição contratual	632
8.4. Transmissão de estabelecimento	633
8.5. Cedência ocasional de trabalhadores	642
8.6. Redução da atividade e suspensão do contrato de trabalho	652
a. Enquadramento	652
b. Suspensão do contrato por facto respeitante ao trabalhador	655
c. Redução temporária do período normal de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho por facto respeitante ao empregador	656
d. Redução da atividade ou a suspensão do contrato que não respeite a situação de crise empresarial	665
e. Licença sem vencimento	668
f. Pré-reforma	669
9. Acidentes de trabalho	671
9.1. Enquadramento	671
9.2. Código do Trabalho	675
9.3. Lei dos Acidentes de Trabalho	676
a. Enquadramento	676
b. Acidente <i>in itinere</i>	680
c. Exclusão ou redução de responsabilidade	683
d. Agravamento da responsabilidade	685
e. Direito à reparação	687
10. Cessação do contrato de trabalho	690
10.1. Enquadramento	690
10.2. A segurança no emprego nas fontes internacionais	693
10.3. O regime do Código do Trabalho	695
a. Enquadramento	695
b. Caducidade	699
c. Revogação	704
d. Despedimento por facto imputável ao trabalhador	707
e. Despedimento coletivo	721
f. Despedimento por extinção de posto de trabalho	730
g. Despedimento por inadaptação	736
h. Ilícitude do despedimento	743

i. Resolução do contrato pelo trabalhador	751
j. Denúncia do contrato pelo trabalhador	757
CAPÍTULO III – DIREITO DO TRABALHO COLETIVO	761
1. Enquadramento	761
2. Estruturas de representação coletiva	764
2.1. Enquadramento	764
2.2. Estruturas de representação coletiva dos trabalhadores	766
a. Disposições gerais	766
b. Comissão de trabalhadores	770
c. Associações sindicais	777
d. Representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho	786
e. O Conselho de Empresa Europeu	787
2.3. Associações de Empregadores	790
3. Instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho	791
3.1. Enquadramento	791
3.2. A importância da negociação coletiva	794
3.3. Convenção coletiva de trabalho	803
a. Enquadramento	803
b. Promoção da negociação coletiva	805
c. Processo negocial	806
d. Conteúdo	808
e. Âmbitos de aplicação	811
f. Depósito e publicação	816
g. Âmbito de aplicação pessoal – desenvolvimento do tema	817
h. Âmbito de aplicação material e geográfico – desenvolvimento do tema	821
i. Âmbito de aplicação temporal – desenvolvimento do tema	822
j. Cessação, suspensão e sucessão	827
4. Conflitos coletivos de trabalho	830
4.1. Enquadramento	830
4.2. Instrumentos de resolução de conflitos laborais coletivos: conciliação, mediação e arbitragem	834
a. Conciliação	834

b. Mediação	836
c. Arbitragem	838
4.3. Greve	845
a. Enquadramento	845
b. O regime legal do direito à greve	849
b.1. Legitimidade	849
b.2. Pré-aviso de greve	850
b.3. Efeitos da greve	851
b.4. Proibição de substituição de grevistas	853
b.5. Piquetes de greve	854
b.6. Serviços mínimos	855
b.7. Cessação da greve	859
b.8. Ilcitude da greve	860
b.9. Greves de maior prejuízo	861
4.4. <i>Lock-out</i>	866
 BIBLIOGRAFIA	 869